

DECLARAÇÃO POLÍTICA

17 de Junho de 2008

António Marinho

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhora e Senhores Membros do Governo

A realidade é o que é e não o que se diz dela.

Se nos cingirmos à leitura que o Governo Regional faz da realidade açoriana, designadamente a que vai sendo propagandeada através do Gabinete de Apoio à Comunicação Social, quase ficamos convencidos que a Região vive momentos de euforia na sua economia.

Deslumbrado com os milhões que afluem à Região, o governo acha que tudo se resume à sua ostentação, esquecendo que é a sua boa utilização que pode levar a que os Açores se afastem dos lugares pouco honrosos que ocupam na linha final da tabela europeia.

Para os socialistas, a acção do governo mede-se pelas toneladas de betão aplicadas, independentemente da avaliação dos seus efeitos e utilização futura, pela infra-estrutura que acabaram de inaugurar, onde se inclui, obrigatoriamente, o discurso da eterna campanha eleitoral que constitui a actividade deste governo. E mesmo quando a obra não é da sua responsabilidade, pode haver sempre o discurso proporcionado pela exigida presença na cerimónia respectiva, a não ser que “fique em causa” a “tal”

obra ou o subsídio prometido que, como sempre é lembrado, não está ainda garantido.

O mesmo acontece quando ouvimos o Presidente do Governo Regional que, curiosamente, e vá-se lá saber porquê, resolveu, desde há alguns meses, assumir para si próprio a defesa de todos os actos de governação, opção que é entendida por muito boa gente como a passagem de um atestado de incompetência aos seus mais directos colaboradores. Quando o ouvimos, a violência das palavras, que excede muitas vezes os limites do aceitável, num tom comicieiro que os próximos meses hão-de tornar cada vez mais habitual, quase nos sentimos criminosos por algum dia nos ter passado pela cabeça que este ou aquele fenómeno se agravou.

O mesmo acontece nos poucos momentos que deixa para os seus correligionários, em que estes tentam esforçadamente utilizar o mesmo tom daquele que convém imitar. Momentos normalmente aproveitados para uma prestação da qual pretendem que lhes “calhe” algum “lugarzito ao sol”, uma tentativa, nuns casos feita de forma mais hábil do que em outros, que corre o risco de não se vir a revelar bem sucedida.

Quando se usa, e abusa, da criação de dependências, a tendência é para que também sejam criadas dentro do seu próprio espaço. Acabam por prevalecer, desaparecendo o saudável espírito de colaboração e a convicção das ideias. Vícios adquiridos para assegurar a perpetuação no poder que mesmo os mais chegados começam a sentir na pele. Basta falar com muitos que aqui se encontram. Aqui mesmo!

Sinais, aliás, cada vez mais evidentes em toda a sociedade açoriana. Já é muito difícil disfarçar.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhora e Senhores Membros do Governo

Para o Governo Regional, a vida vai sempre bem nos Açores. Mesmo que contradite o que os números vão evidenciando. Mesmo que contrarie o que as pessoas vão sentindo. Mesmo que seja necessário cair em algum ridículo.

O braço não se pode dar a torcer. É palavra de ordem que todos têm de cumprir.

Os açorianos até podem não sentir os efeitos de tanta “felicidade”, mas para o governo, aquilo que diz é para as pessoas aceitarem como uma certeza. Ainda que essas pessoas sintam que o seu rendimento é cada vez mais insuficiente para arcar com as necessidades mínimas que merece cada uma das suas famílias. Ainda que a sorte não as bafeje com a sorte do emprego que o governo diz não faltar para os açorianos.

A desfaçatez chegou a níveis inconcebíveis.

Chegou-se ao ponto de nem podermos acreditar numa entidade que deveria ter características intocáveis e revelar uma independência e objectividade absolutas. Aquela que tem como missão a produção de informação estatística para orientação das decisões dos agentes económicos açorianos.

Os boletins trimestrais de estatística são uma completa contradição. Observam-se os números no mesmo divulgados e confirma-se a realidade desfavorável por todos sentida. O texto que as acompanha parece ser um deslize de “copy-paste”.

Com base em doze indicadores utilizados, os oito trimestres de 2006 e 2007 recebem uma de duas classificações: “evolução favorável” ou “evolução positiva”. Espantosamente, nos mesmos trimestres, o comportamento daquele conjunto de indicadores varia entre “sete favoráveis acompanhados de cinco desfavoráveis” e “quatro favoráveis a que se juntam oito desfavoráveis”. Escandaloso, é o único comentário possível. Tudo foi longe demais. Entrou-se no domínio do absurdo. Perdeu-se a vergonha!

O actual Governo Regional não olha para as pessoas. Olha para os números e utiliza-os, se os mesmos se ajustam aos seus interesses, não se inibindo de os colocar de lado, caso revelem o insucesso das políticas.

Se as pessoas sentem que a realidade lhes é adversa, o que interessa é “tapar” os elementos que evidenciam os factos que o mostram.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhora e Senhores Membros do Governo

Se um sector se encontra em quebra há oito meses a fio, sendo, ainda para mais, privilegiado nas opções políticas tomadas, o melhor é nem falar. Há-de finalmente surgir um número favorável e, nessa altura, o GACS se

encarregará de lhe dar o devido destaque. Ainda que as empresas do sector o percebam no desenrolar da sua actividade. Ainda que estejam a sentir na pele que a aposta a que responderam está a ser penosa e a destruir a carecida rentabilidade dos investimentos que tiveram de suportar. É o que se passa com o turismo, a cair a partir de Agosto de 2007, sem que o GACS, habitualmente tão eficaz na divulgação dos dados do sector, dê nota de estar atento.

Dos agricultores é melhor nem falar. Nada pode esconder o que sentem quando vêem os seus rendimentos em acentuada quebra, na carne ou no leite, e os preços dos factores de produção a subir em flecha. O que resta é cada vez mais exíguo, quer para satisfazer compromissos assumidos com a banca, ainda para mais com uma subida de juros que não vinha nada a calhar, quer para proporcionar boas condições de vida às suas famílias. O azar, no presente ano, foi ainda maior, com o governo a não cumprir o que tinha assumido, pagando as ajudas comunitárias fora de horas, muitos meses depois do que se tinha comprometido. Algumas ainda se encontram nos cofres públicos, quando já deviam ter chegado ao bolso dos agricultores, mas como é ano de eleições não é nada que não fosse de prever e, concerteza, lá mais para o Verão deve surgir o “grande dia”.

O comércio segue em anemia. Quem o diz são as empresas do sector, que fazem “das tripas coração” para aguentar o negócio, esperando desesperadamente “que a tempestade passe”. O governo, pelo seu lado, diz que tudo vai bem, como que gozando com a cara de quem teme que vá “por água abaixo” o esforço de uma vida inteira.

No sector da construção, mesmo com o “frenesim da obra” em que o governo se envolveu, caem os licenciamentos, caem as obras concluídas.

Trimestre a trimestre, há vários anos. As empresas e associações da área sentem-no e lamentam, embora muitas vezes alimentem a expectativa de que a volta seja dada e recomece um período mais animado, que eternamente é adiado. É chocante o discurso optimista que vem do lado do governo, a que já é comum reagir apenas com um sorriso quase condescendente, tal é a distância entre os dados estatísticos e as palavras governamentais.

E a bandeira? A do desemprego que o governo diz ser quase inexistente, mas que vem subindo paulatinamente, passando de um patamar entre 2% e 3% em 2003 para o actual que se aproxima dos 6%, convertível em mais de 8% se as carências metodológicas da medida forem expurgadas. Disse o presidente do Governo Regional, atente-se, que se trata de uma “flutuação estatística que não corresponde a um percurso consistente a nível ascensional”, uma explicação auxiliada por uma erudição balofa de palavras, significando “nada” e, um trimestre depois, completamente contrariada. Dando lugar, três meses depois, a uma justificação que muitos terá feito corar, designadamente quem tem mais pruridos na utilização da mais pura demagogia, segundo a qual um pretenso movimento “súbito” teria feito subir um fenómeno tão penalizante para as pessoas e para as famílias. Como se tal fosse possível!

Na verdade, não basta um volume significativo de obras públicas para reduzir de forma consistente o problema do desemprego. É necessário que o emprego seja criado na base de projectos empresariais consistentes. De outra forma, é um problema apenas mitigado, mas não resolvido, como agora se comprova de forma evidente.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhora e Senhores Membros do Governo

O discurso dos milhões do governo é uma afronta às dificuldades das pessoas. Numa Região que tem o maior número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção do país, em que é mais do que dobrada a média nacional, falar em muitos milhões e não resolver os problemas das pessoas, é incompetência, é insulto.

Não, não se trata de nuvens negras. Estas, quanto muito, prenunciam mau tempo. Neste caso, a tempestade já está em curso e obriga a tomar medidas para que as pessoas saiam menos prejudicadas.

Falamos do passado e do presente dos governos socialistas de Carlos César. Falamos de uma crise há muito instalada, que agora se afirma de forma bem visível. Falamos de dados estatísticos que o comprovam, que não deixam mentir.

Falamos de uma economia que recebeu fundos europeus de 2000 a 2006 que corresponderam a mais do triplo da média das regiões ultraperiféricas. Falamos, por isso, de uma Região que deveria ter convergido para média europeia de forma clara, mas que não o conseguiu, quando a isso era mais do que obrigada.

A crise vem de fora? Também, é claro. O governo é que dizia que a Região a ela estava imune.

Agora, mudou de estratégia. Sabe que o que se está a desenhar por aí é preocupante e, por isso, nem teve problemas em adjudicar um estudo para avaliação do impacto da crise internacional na economia açoriana.

Há muito que devia ter feito tal avaliação. Os governos têm uma atribuição nobre que lhe é entregue pelos eleitores. A de se anteciparem à adversidade, ao “mau tempo”.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhora e Senhores Membros do Governo

Os governos existem para contrariar as tendências desfavoráveis e potenciar as positivas. Quando já não o conseguem, é porque a sua capacidade criativa se encontra completamente esgotada.

Quando os governantes refutam as preocupações das empresas, substituindo-se a elas e negando as contrariedades que enfrentam, é sinal que perderam o respeito por quem é capaz de criar emprego sustentável.

Quando os governos contrariam o que as pessoas sentem, é sinal que deixaram de cumprir o seu principal papel, que é o de melhorar as condições de vida das populações.

Os açorianos sentem. As estatísticas confirmam. O governo nega.

É nas pessoas que acreditamos. As pessoas precisam de verdade.

Tal como os portugueses em geral, os açorianos enfrentam dos momentos mais críticos dos últimos trinta anos. Também atingidos pelas medidas

insensíveis do Governo da República, os açorianos não encontram no Governo Regional a vontade e o ânimo que seria essencial para recolocar os Açores no caminho do desenvolvimento.

A esperança tem de voltar aos açorianos!

Vai voltar!

Disse.